


Nota de Repúdio

Desde sua origem, em 2013, o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe, do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) estabelece uma parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) para a implementação do nosso projeto pedagógico utilizando, inclusive, suas dependências físicas para a realização das disciplinas de mestrado. No dia 04 de novembro de 2016, às 9:25 da manhã, enquanto ocorriam aulas da disciplina "Categorias geográficas e cartografia para a análise do território", oferecida aos estudantes da 5ª turma do mestrado da UNESP naquele espaço educacional, além de vários outros cursos da própria ENFF, fomos surpreendidos com uma ação truculenta da polícia, que chegou em várias viaturas e invadiu a Escola sem informar os motivos da sua presença e sem apresentar mandado de busca e apreensão. Com a finalidade de impor a autoridade pela força, alguns policiais fizeram uso de armas letais, atirando para cima e provocando o ferimento de uma mulher com os estilhaços. No procedimento foram detidos dois homens que atendiam a portaria. Só depois fomos informados que a ação truculenta dentro da Escola Nacional Florestan Fernandes fez parte da Operação "Castra", envolvendo os estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, e que visa criminalizar lideranças dos acampamentos Dom Tomás Balduino e Herdeiros da Luta pela Terra, da região central do Paraná, que reúnem 3 mil famílias.

Nós, do Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe do IPPRI/UNESP, repudiamos a criminalização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e, em especial, nos manifestamos contra a truculência e arbitrariedade empregada na invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes. Somos testemunhas da importância desse espaço educacional, que vem formando quadros altamente qualificados nas diversas áreas do conhecimento, com o objetivo de promover a justiça social, a reforma agrária, novas tecnologias de produção que favoreçam a agricultura camponesa, a soberania alimentar e a conservação ambiental. Não concordamos e repudiamos esses atos arbitrários, bem como toda ação que desqualifica e criminaliza os movimentos sociais no Brasil.



Prof. Dr. Raul Borges Guimarães
Coordenador